



## **CONDIÇÃO SOCIAL E RECONHECIMENTO DO TRABALHO DAS MULHERES NO MEIO RURAL: O CASO DA PRODUÇÃO DE QUEIJO COLONIAL NO NOROESTE DO RIO GRANDE DO SUL**

## **SOCIAL CONDITION AND THE RECOGNITION OF THE WOMEN'S WORK IN RURAL AREAS: THE CASE OF COLONIAL CHEESE IN THE NORTHWEST OF RIO GRANDE DO SUL**

## **CONDICIÓN SOCIAL Y RECONOCIMIENTO DEL TRABAJO DE LAS MUJERES EN EL MEDIO RURAL: EL CASO DE LA PRODUCCIÓN DE QUESO COLONIAL EN EL NOROESTE DEL RIO GRANDE DO SUL**

**Joélen Assmann Cavinatto**

Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul – UNIJUÍ  
E-mail: jo\_cavinatto@hotmail.com

**Jaqueline Patrícia Silveira**

Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS  
E-mail: jaquelinepsilveira@hotmail.com

**Fabiana Thomé da Cruz**

Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS  
E-mail: fabianathomedacruz@gmail.com

### **RESUMO:**

Neste artigo nos propomos a contextualizar e refletir sobre a realidade das mulheres trabalhadoras de modo geral e, em especial, as do meio rural, discutindo aspectos como dependência financeira e reconhecimento pessoal mediante a família e a sociedade. Além de revisão de literatura, a pesquisa discute dados oriundos de estudo realizado por meio de visitas em propriedades rurais na região Noroeste do Rio Grande do Sul e de entrevistas semiestruturadas com mulheres rurais produtoras de queijo colonial. Os resultados apontam que, via de regra, as mulheres entrevistadas são vistas como coadjuvantes perante seus maridos e demais homens integrantes da esfera familiar e até mesmo social, mostrando que apesar de muitos progressos alcançados, ainda há um extenso caminho a ser percorrido até que a igualdade de gênero seja alcançada, de fato, em todas as esferas.

**Palavras-chave:** Mulheres rurais, gênero, trabalho, meio rural.

---

### **ABSTRACT:**

This paper aims to contextualize and to analyze the reality of working women especially in rural areas, discussing issues as financial dependence and personal recognition from the family and society. The research is based on a literature review and on a study carried out in rural properties by visiting and conducting interviews to rural women with rural producing colonial cheese. The results demonstrated that, in a general way, the interviewed women has been seen as a supporting to their husbands and other family male members, demonstrating that despite all the progress already achieved, there is still a long way to reach gender equality in all social contexts.

**Keywords:** Rural women, gender, work, rural areas.

---

### **RESUMEN:**

En este artículo nos proponemos contextualizar y reflexionar sobre la realidad de las mujeres trabajadoras de modo general y, en especial, las del medio rural, discutiendo aspectos como dependencia financiera y reconocimiento personal a través de la familia y la sociedad. Además de revisión de literatura, la

investigación discute datos oriundos de estudio realizado por medio de visitas en propiedades rurales en la región Noroeste de Rio Grande do Sul y realización de entrevistas semiestructuradas con mujeres rurales productoras de queso colonial. Los resultados apuntan que, por regla general, las mujeres entrevistadas son vistas como coadyuvantes ante sus maridos y demás hombres integrantes de la esfera familiar e incluso social, mostrando que a pesar de muchos progresos alcanzados, todavía hay un extenso camino a recorrer hasta que la igualdad de género sea alcanzada, de hecho, en todas las esferas.

**Palabras clave:** Mujeres rurales, género, trabajo, medio rural.

## 1 INTRODUÇÃO

Para compreender a condição social a que estão sujeitas as mulheres do meio rural, sobretudo as agricultoras da região Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, em especial, dos municípios de Ijuí e entorno, precisamos primeiramente refletir e contextualizar, de forma ampla, as conquistas adquiridas pelo gênero feminino ao longo da história. Atualmente, a presença feminina no mercado de trabalho é progressiva, porém, apesar de tantos avanços adquiridos, como o direito ao voto, ao divórcio, a educação e ao trabalho remunerado, as mulheres ainda não ocupam o mesmo espaço social que os homens. Essa realidade fica ainda mais perceptível quando se trata de mulheres do meio rural. Elas participam de todas as atividades relativas à propriedade, desde os serviços voltados para a reprodução social e econômica da família até aqueles historicamente de incumbência masculina, mas, ainda assim, são vistas como “ajudantes” de seus pais, irmãos e/ou maridos.

Com base nesse cenário, o objetivo deste artigo é aprofundar o papel e condições de trabalho de mulheres rurais produtoras de queijo colonial da região de Ijuí<sup>1</sup>, Rio Grande do Sul. Essa região foi colonizada no final do século XIX, principalmente por imigrantes vindos da Europa e também descendentes de italianos e alemães de outras áreas já colonizadas no estado. Em sua grande maioria, a terra colonizada, dividida em lotes de 25 hectares, era utilizada para a agricultura, sendo a produção destinada para a subsistência das famílias e os excedentes comercializados (MANTELLI; CANABARRO, 2010). Essas características contribuíram para o modelo de agricultura familiar da região que, fundamentado em propriedades familiares, predomina até hoje. Destaca-se, no entanto, que ainda que a maioria das propriedades rurais sejam pequenas e familiares, o produto de maior expressão na região é a soja, de forma que, com a modernização da agricultura, aqueles agricultores mais capitalizados puderam contar com máquinas e insumos para aumentar a produtividade, enquanto os pequenos produtores rurais, eliminados desse processo, se fragilizaram, gerando um contexto de êxodo rural (MANTELLI; CANABARRO, 2010). Os

---

<sup>1</sup> Fizeram parte da pesquisa agricultoras dos municípios de Ijuí, Coronel Barros, Bozano, Augusto Pestana, Panambi e São Martinho.

agricultores familiares que resistiram a esse processo precisaram criar estratégias para permanecer no campo e garantir a sua reprodução social, apostando, então, entre outras coisas, no processamento e comercialização de produtos coloniais. Esses produtos, antes destinados ao consumo das famílias e aos briques<sup>2</sup>, passam a ser revalorizados, tornando-se produtos voltados a comercialização e geração de renda.

Assim, o queijo colonial produzido pelas mulheres agricultoras ganha destaque na região, desde aquela época até o presente, de modo que a valorização que esses queijos vêm recebendo, torna interessante compreender o papel e as condições de trabalho das mulheres rurais nessa produção. Para tanto, os dados empíricos que embasam a discussão são oriundos de pesquisa de campo realizada com mulheres agricultoras no período de 2013 a 2014. Foram realizadas 17 entrevistas, tendo como base um roteiro semiestruturado que contemplou informações sobre a propriedade, sobre a forma de produzir o queijo colonial, além de aspectos ligados à renda e ao trabalho. As entrevistas ocorreram nas propriedades das agricultoras, de forma que foi possível conhecer melhor o local onde vivem e desenvolvem suas diversas atividades. Após essa etapa de geração dos dados e transcrição das entrevistas, foi possível encontrar elementos comuns que permitem aprofundar a discussão proposta.

A partir desses dados e buscando responder ao objetivo deste artigo, além desta introdução, o artigo está dividido em três seções. Na segunda seção, apresenta-se a contextualização mais ampla sobre as condições das mulheres na sociedade; na terceira seção, a discussão aborda a condição das mulheres rurais envolvidas na produção de queijo colonial e, por fim, na última seção, são apresentadas as considerações finais.

## **2 MULHERES NO CONTEXTO BRASILEIRO: UMA BREVE APROXIMAÇÃO AOS DESAFIOS, REIVINDICAÇÕES E CONQUISTAS**

Sabe-se que há muito tempo as mulheres lutam por autonomia sobre suas decisões e reconhecimento por sua importância no contexto social, uma vez que “a discriminação entre homem e mulher acompanhou a história da civilização” (GUIMARÃES, 1997, p. 31). A opressão do gênero feminino e o modelo familiar patriarcal possuem associação retilínea, como proposto por Marodin (1997), no artigo intitulado “As relações entre o homem e a mulher na atualidade”, no qual se argumenta:

---

<sup>2</sup> Permuta de mercadorias. Briqueiro é o agricultor que possui aptidão para o comércio (brique), o que, segundo Mior (2005), era visto como um aspecto negativo para o bom desempenho da profissão de agricultor, passa a ser apreciado a partir do processamento de alimentos para a comercialização.



[...] Quando nos referimos a gênero, entendemos os aspectos psicológicos, sociais e culturais da feminilidade e masculinidade e não os componentes biológicos. A maioria dessas categorizações, estabelecidas pela sociedade, é transmitida via família, pois essa é a fonte fundamental de transmissão de normas e valores da cultura, ensinando ao indivíduo o que significa ser masculino ou feminino a partir do nascimento (MARODIN, 1997, p. 9).

Durante muito tempo a mulher foi vista como propriedade do homem, fosse ele seu pai, irmão ou marido. Ela era subordinada e designada como responsável pela organização familiar. Nesse sentido, Guimarães (1997, p. 31) salienta que “a família patriarcal, a partir do interesse econômico, desvalorizou a mulher, confinando-a no espaço privado do lar, quase como uma propriedade do marido, levando à construção de uma identidade psicológica de submissão, atavicamente transmitida de geração em geração”. A criação e educação dos filhos, bem como os afazeres domésticos, tidos como atividades primordiais e invisíveis desempenhadas pelas mulheres, garantiam aos homens, após um dia de trabalho externo, o descanso para o próximo turno, já que seu trabalho era pesado e garantia o sustento financeiro do lar. O debate sobre o papel dos integrantes da família nos primórdios da história ocidental é explorado por Narvaz (2005), mostrando que a organização dessa esfera se caracterizava pelo domínio do homem sobre a mulher.

Nesse contexto, o desejo de direito ao voto, ao divórcio, a educação, ao trabalho remunerado e igualdade de gênero no sentido social, por muito tempo negado para as mulheres, gerou uma série de movimentos e grupos que visavam à emancipação feminina. Segundo Pinto (2010, p. 15), “ao longo da história ocidental sempre houve mulheres que se rebelaram contra sua condição, que lutaram por liberdade e muitas vezes pagaram com suas próprias vidas”, porém, oficialmente, a literatura aponta que o feminismo adquire expressividade a partir das últimas décadas do século XIX, com o sufragismo, movimento símbolo da chamada primeira onda do feminismo, em que as mulheres se organizaram para lutar pelo direito ao voto (PINTO, 2010; LOURO, 1997).

O voto ainda era um desejo das mulheres brasileiras quando o movimento sufragista tomou maiores proporções nos países da América Latina. De acordo com Costa (2005), o Equador foi o primeiro país da região a estabelecer o voto feminino, em 1929, enquanto que no Brasil, Uruguai e Cuba isso só ocorreu no início dos anos 1930, mostrando que, assim como outras questões em nosso país, essa também progrediu lentamente. Outro avanço em relação à emancipação feminina foi o direito ao divórcio obtido em 1977, dado que antes disso somente o desquite tinha subsídio legal. Borges Filho (2011, p. 6) explica que “durante a vigência do Código Civil de 1916, somente se admitia o chamado desquite, que, em verdade, não rompia vínculo, mas apenas a sociedade conjugal. O vínculo naquela época somente poderia ser extinto em caso de morte”. No ano de 1977,

após a sanção da Emenda Constitucional nº 9, que legalizava a dissolução do casamento mediante separação judicial por mais de três anos, passou a vigorar a Lei nº 6.515/77 (BRASIL, 1977) que substituiu o antigo desquite.

Contudo, a separação direta, isenta da prévia separação judicial, só foi amparada legalmente pela Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988), quando “reduziu-se para um ano o prazo para o divórcio por conversão (após a prévia separação judicial) e abarcou-se, por fim, a novidade do divórcio direto, independente de separação judicial, desde que respeitado o prazo de dois anos da separação de fato” (BORGES FILHO, 2011, p. 8).

Na educação, a participação feminina tem expressiva representatividade atualmente, sendo a mulher a presença mais significativa em quase todos os níveis de ensino, especialmente na universidade. “O hiato de gênero e o déficit educacional das mulheres fizeram parte da realidade brasileira durante mais de 400 anos. Contudo, as mulheres conseguiram eliminar e reverter esse hiato durante o século XX” (BELTRÃO; ALVES, 2004, p. 1), demonstrando a evolução do gênero no âmbito educacional em relação ao período Colonial, quando as mulheres tinham acesso à educação apenas em seu (e para seu) lar. Ideias ou crenças como essas, embora sejam quase que consensualmente questionadas na atualidade, ainda repercutem em nossa sociedade.

Nesse sentido, cabe tomar como evidência as pesquisas apresentadas na publicação Estatísticas de Gênero, produzidas a partir dos resultados do censo demográfico de 2010, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 2014, que apontam que as mulheres de 25 anos ou mais que concluíram curso superior de graduação, nas grandes regiões do Norte, Nordeste, Sudeste, Sul e Centro-oeste do Brasil, representam juntas 12,5%, ao passo que o percentual masculino é de 9,9. Na região Sul do país, o índice de mulheres graduadas é de 13,5%, enquanto o índice masculino é de 10,6% (IBGE, 2014). Percebe-se, portanto, mesmo com pouco diferencial, que atualmente as mulheres são maioria com curso superior completo e avançam na educação. Contudo, verifica-se que ainda há uma relação desequilibrada entre o nível de instrução e a remuneração das mulheres, quando comparada com a remuneração dos homens, mesmo que ambos atuem em cargos equivalentes<sup>3</sup>. Além disso, as áreas gerais de formação com maior proporção de mulheres de 25 anos ou mais de idade são Educação (83,0%) e Humanidades e Artes (74,2%), precisamente aquelas que registram os menores rendimentos médios mensais entre as pessoas ocupadas (R\$ 1 810,50 e R\$ 2 223,90, respectivamente) (IBGE, 2014).

<sup>3</sup> Para aprofundar essa discussão, ver a dissertação de mestrado de Galvão, J. C., intitulada “O impacto da segregação de gênero nos cursos de graduação sobre o diferencial salarial entre homens e mulheres no Brasil”, defendida em 2015, que discorre sobre o tema e traz significativas contribuições (GALVÃO, 2015).



Já no mercado de trabalho, a atuação da mulher está relacionada com a I e II Guerra Mundial, quando muitas vezes, sem outra opção, elas precisavam tomar a frente dos negócios da família diante da ausência de seus pais e maridos, que estavam em batalhas. Para Gomes, (2005, p. 4) “O evento mais relevante foi a 2ª Guerra Mundial, que exigiu, nos países que estavam diretamente envolvidos com a guerra, uma mobilização de força de trabalho feminina”. Com isso, as mulheres deixaram de ser apenas donas de casa e responsáveis por seus filhos, vistas apenas como encarregadas pelo trabalho reprodutivo, e passaram a executar trabalhos remunerados ou produtivos, mesmo que discriminadamente.

Com o advento da Revolução Industrial, iniciada na Europa no século XVIII, em que a produção artesanal passou a ser substituída por máquinas e mão de obra assalariada, conforme Lopes (1997, p. 109), “se inaugura a divisão de trabalho em duas esferas: de um lado, a unidade doméstica e, de outro, a unidade de produção”. Com isso, foi reforçada a visão de que o homem era responsável pelas finanças e o trabalho fora do lar, enquanto a mulher era um ser reprodutivo, de posse do marido, disponível para ele, seus filhos e para o serviço doméstico. Por outro lado, foi nesse mesmo período que as mulheres começaram a ter inserção no mercado de trabalho em consequência de que, na ótica dos empregadores, as mulheres eram a mão de obra mais acessível.

Nesse contexto, durante a década de 1960, na Europa e nos Estados Unidos, o movimento feminista surge com toda a força, passando por uma fase denominada radical, que se explicita por meio da queima de *soutiens*, com o intuito de chamar a atenção para as relações de poder existentes entre homens e mulheres e para a dominação masculina (PRÁ, 1997; PINTO, 2010). Contudo, como ressalta Pinto (1992, p. 133), “a participação da mulher no movimento rompe sempre com sua condição de invisibilidade pública. Esse rompimento não é feito, na maioria, das vezes, sem tensões no interior da família”, já que isso implicava obtenção de informações que não chegavam ao círculo privado, ocasionando, portanto, um desconforto aos indivíduos do sexo masculino, uma vez que já não possuíam, por completo, o domínio do lar.

Estimuladas pela percepção de suas capacidades, as mulheres iniciaram a busca pela emancipação e igualdade de direitos. Na década de 1970, em razão da situação política do Brasil, muitas pessoas foram exiladas em outros países da América Latina. Algumas mulheres nessa condição concluíram seus estudos de graduação e participaram de eventos, atividades, programas de pós-graduação em universidades norte-americanas ou europeias, onde tiveram contato com grupos feministas e, com isso, contribuíram para a disseminação do movimento. Mais tarde, por volta dos anos 1980, com o regresso dessas feministas para o Brasil, o movimento ganhou força no país de tal

forma que possibilitou a participação das brasileiras na III Conferência Mundial sobre a Mulher, em 1985, na cidade Nairobi, no Quênia.

No contexto rural brasileiro, com a atuação de movimentos sociais na década de 1980, as mulheres rurais conquistaram certo reconhecimento do seu trabalho por meio do direito à aposentadoria, ao salário maternidade e por ter a possibilidade de colocar seu nome no bloco de produtor rural. As mulheres rurais passaram a ser reconhecidas como agricultoras, produtoras rurais, e não mais como “do lar”, como era característico em documentos oficiais da época. Além disso, mais recentemente, as mulheres entraram para o público beneficiário do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) e da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER).

Atualmente, a partir da ocupação das mulheres em diversas áreas do mercado de trabalho, tanto em cargos de menor ou maior visibilidade, muitas delas são provedoras do sustento do lar, porém, ainda assim, em algumas situações são consideradas o “sexo frágil” ou assumem situações de duplas ou triplas jornadas diárias, que envolvem trabalho árduo, tanto fora como dentro de casa. Desse modo, mesmo com tantas conquistas consideráveis no segmento do trabalho, as mulheres ainda têm um longo caminho a ser percorrido para serem efetivamente equiparadas com os homens no que se trata de igualdade de salário, carga horária e prestígio para cargos de chefia.

A partir desse breve resgate histórico das reivindicações e conquistas das mulheres na sociedade em geral e, em particular, no contexto brasileiro, esse artigo, que tem o objetivo de abordar a atuação e a importância do trabalho feminino no meio rural, se dedica, na seção seguinte, a observar o cenário do meio rural da região Noroeste do Rio Grande do Sul, onde predomina o modelo da agricultura familiar.

### **3 MULHERES AGRICULTORAS NO BRASIL E NA REGIÃO NOROESTE DO RIO GRANDE DO SUL**

De acordo com a Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006, caracteriza-se como unidade de produção familiar aquela que não ultrapassa quatro módulos fiscais. Essa medida compreende, na região noroeste do Rio Grande do Sul, 20 hectares. Ainda segundo essa Lei, a propriedade deve utilizar, predominantemente, mão de obra familiar nas atividades econômicas que desempenha e ter percentual mínimo<sup>4</sup> de renda proveniente das atividades econômicas desenvolvidas na propriedade.

<sup>4</sup> Na forma definida pelo Poder Executivo.



No contexto da agricultura familiar, a divisão do trabalho ainda é fortemente demarcada pela questão de gênero. Homens são vistos como responsáveis pela produção e, principalmente, pela comercialização dos produtos, enquanto as mulheres têm sua importância vinculada à esfera familiar, doméstica, produção de alimentos e manejo de animais, atividades voltadas principalmente para o autoconsumo. Mesmo realizando tais atividades, que são imprescindíveis para o funcionamento da propriedade, publicamente o trabalho feminino é visto apenas como auxiliar do trabalho masculino. Isso se dá pela estruturação familiar baseada no modelo patriarcal, em que o homem ocupa posição dominante enquanto a mulher é subalterna, reiterado pelo fato de que inúmeras trabalhadoras rurais não têm acesso aos direitos trabalhistas e renda formalizada, sendo, portanto, financeiramente dependentes de seus cônjuges. Marodin (1997, p. 11) considera que “essa organização exclui a possibilidade de igualdade e reciprocidade entre os sexos, produz rigidez e polarização, aumentando o poder dos homens e a impotência, a infantilização, a dependência das mulheres”, confirmando os dispêndios causados pela segregação de gênero.

Segundo Spanevello, Matte e Boscardin (2016), essa organização familiar reproduz o modelo capitalista em que prevalece e é valorizado aquilo que se insere no mercado e gera resultados econômicos positivos. As autoras afirmam que “de modo geral, lamentavelmente, nas esferas produtivas o trabalho realizado pelas mulheres é considerado apenas como auxiliar, pois, na visão que lhes é atribuída, elas auxiliam os homens na execução de atividades que geram renda a propriedade” (SPANVELLO; MATTE; BOSCARDIN, 2016, p. 9-10).

Além disso, as atividades da propriedade são classificadas como “trabalho leve” e “trabalho pesado”, em que o “pesado” garante ao homem maior salário e status de provedor financeiro, ao passo que as mulheres, independente dos afazeres, são responsáveis pelo “trabalho leve”. O fato de muitas das tarefas serem executadas por ambos e necessitarem do mesmo número de horas de trabalho e esforço físico, parece ser ignorado diante dessa categorização. Nesse sentido, Paulilo (1987, p. 7) explica que:

[...] “trabalho leve” não significa trabalho agradável, desnecessário ou pouco exigente em termos de tempo ou de esforço. Pode ser estafante, moroso, ou mesmo nocivo à saúde – mas é “leve” se pode ser realizado por mulheres e crianças. O trabalho é “leve” (e a remuneração é baixa) não por suas próprias características, mas pela posição que seus realizadores ocupam na hierarquia familiar (PAULILO, 1987, p. 7).

Para que seja possível compreender melhor a realidade enfrentada pela maioria das mulheres trabalhadoras rurais na região estudada, pode-se partir do fato de elas não serem reconhecidas como parte fundamental do processo produtivo das propriedades, evidência que é possível perceber a

partir dos dados empíricos e de trechos das entrevistas realizadas no âmbito desta pesquisa. As entrevistas foram realizadas com 17 mulheres rurais que produzem queijos coloniais, as quais residem em propriedades rurais com tamanho médio de 19,2 hectares. As mulheres participantes da pesquisa possuem idade média de 54 anos, sendo que a mais jovem tinha na época da pesquisa 37 anos e a mais velha 86 anos.

No que se refere ao trabalho que envolve a produção do leite necessário para fazer os queijos, em todos os casos são realizadas duas ordenhas por dia, sendo uma pela manhã, bem cedo, por volta das 6h ou 7h, e outra à tarde, entre 17h e 18h. Em quatro propriedades, é somente a mulher que realiza o trabalho de ordenhar as vacas, outras seis mulheres compartilham essa atividade com seus esposos e/ou filhas, uma mulher compra o leite de outros agricultores e, nos demais casos, as mulheres não se envolvem com a ordenha, ficando esse trabalho a cargo de maridos, filhos, genros e/ou netas. Ressalta-se que, na maioria das propriedades visitadas, a ordenha é mecanizada, mas, nas propriedades em que esse trabalho é função somente da mulher, a ordenha é manual. O número de vacas lactantes varia muito entre as entrevistadas, há aquelas que possuem apenas uma vaca, mas também há a situação de uma família que possui 40 vacas.

Além do trabalho de ordenha diária, é necessário cuidar das vacas, alimentá-las, medicá-las quando necessário, limpar e fazer a manutenção do local onde é realizada a ordenha. Essas atividades são, geralmente, compartilhadas entre os membros da família. Após tirar o leite, é preciso coá-lo para remover alguma sujidade que por ventura possa haver. Somente depois disso se inicia o processo para fazer o queijo em si, o qual é realizado somente pelas mulheres e compreende diversas etapas, as quais variam um pouco de agricultora para agricultora. De modo geral, as etapas envolvem aquecer o leite, colocar o coalho, aguardar um tempo, aquecer novamente, mexer bem, retirar todo o soro, separar a massa em partes menores, apertar a massa para retirar o excesso de soro e, então, colocar nas formas. Depois, para que possam curar, algumas agricultoras colocam os queijos na geladeira, outras no sol e outras em um lugar ventilado, além de lavá-los quase todos os dias. Todo esse processo de produção envolve muito trabalho manual, exigindo bastante tempo e esforço das mulheres, conforme evidenciam os depoimentos a seguir:

*Mas, Deus o livre! Quando eu ficava, eu sempre ia dormir meia noite, ficava ali... Sempre, sempre, onze, meia noite. Que daí eu fazia queijo e lavava de noite, né. Eu não aguentava de dor nas pernas, fica muito de pé, né, a gente fica. [N. K., Ijuí]*

*Mais a mão de obra, porque ficava tudo pra mim, né. De noite, às vezes, eles sentavam, olhavam televisão e eu estava lá fazendo queijo e lidando nessas coisas. E no inverno, que é tudo muito frio, né. Tu tem que mexer muito com as mãos, né, daí é pro calor, é pro frio, né. [M. P., Panambi]*



A atividade de produção de queijos coloniais realizada pelas mulheres rurais pode ser entendida como um trabalho produtivo, uma vez que gera renda. Porém, o trabalho dessas mulheres não se resume somente a produção de queijo. Há também o trabalho reprodutivo, vinculado às atividades não remuneradas, aos afazeres domésticos, ao espaço privado (STADUTO, 2015). Os seguintes trechos das entrevistas expõem a sobrecarga de trabalho das mulheres:

*Eu sou sozinha né, uma mulher só em casa não é fácil. [...] uma mulher só é complicado, é casa, é roupa, é tudo. Aí não tenho tempo suficiente pra isso [referindo-se a reaproveitar o soro para fazer outros produtos]. [S. D., Ijuí]*

*Porque fica tudo pra mim. Porque eu tenho o serviço da casa, tem as roupas, tem a comida, né. E isso tudo. [M. P., Panambi]*

*É lavoura, é roupa, é casa, a gente faz tudo né, é pátio, é horta... Eu faço tudo aqui... As gurias [filhas] de vez em quando vêm me ajudar fazer um faxinão em tudo, mas isso é de vez em quando, de resto aí eu faço tudo. [T. C. M., Bozano]*

*É, eu vou fazendo outras coisas, até que o leite amorna, eu vou fazendo outra coisa, depois quando eu quebro [o leite coalhado] também. Agora, imagina tu sair daqui pra ir lá fazer queijo [referindo-se a possibilidade de produzir coletivamente, fora da propriedade], aí tu fica tudo as coisas em casa, né. [...] Só que a hora que tu vai fazer queijo, a gente tem que ficar ali cuidando o queijo, né. Tu faz as coisinhas assim, mas dentro de casa, mas não pode sair pra lá, tem que cuidar. [N. K., Ijuí]*

Esses depoimentos revelam que as agricultoras conciliam as atividades reprodutivas com as atividades produtivas. Autores como Melo e Di Sabbato (2009), Silvestro *et al.* (2001) e Paulilo (2004) apontam que o tempo de trabalho produtivo das mulheres é subestimado justamente pela dificuldade em separar o trabalho produtivo do trabalho reprodutivo, haja vista que não há separação entre unidade familiar e de produção e que o local de residência se confunde com o local de trabalho. Dessa forma, é preciso garantir que, assim como os queijos coloniais que quando passam a gerar renda tornam-se produtivos, o trabalho das mulheres e o seu protagonismo na produção e comercialização dos queijos coloniais sejam reconhecidos, de modo que elas não permaneçam apenas no campo reprodutivo.

Outro ponto evidenciado nesses depoimentos refere-se ao fato de que, ao passo que as mulheres assumem as atividades relativas à produção e à comercialização dos queijos, mantendo as tarefas que já realizavam anteriormente, como o cuidado da casa, das roupas e da comida, os homens não entram para a divisão das tarefas domésticas. Essa sobrecarga de trabalho levou algumas mulheres a abandonar a produção de queijos por um tempo: “*Ele [o marido] ficava no sofá vendo televisão. E daí eu disse assim: ‘Mas eu também não vou ficar trabalhando’, daí ele sentado*

*lá e eu diretão aí, né.*” [N. K., Ijuí]. Além disso, também se observou o abandono da atividade devido às relações de poder e de tomada de decisão. Uma agricultora, quando questionada sobre as razões de não estar mais produzindo queijo, respondeu: *“Porque agora não é eu que mando”,* e quando perguntada sobre o desejo de continuar na atividade, afirma: *“Eu sim, mas é que daí quem ia me ajudar? E daí eles [se referindo ao marido e ao filho] queriam... É mais fácil tirar o leite, vai direto na ordenhadeira..., no resfriador. Eu sim, mas os homens não.”* [A. I. C. C., Coronel Barros].

Além dos trabalhos produtivo e reprodutivo, existe o trabalho de “*care*”, ou a ética do cuidado, que, segundo Herrera (2016), são atividades existentes no cotidiano das famílias, como atividades de manutenção da casa, da existência pessoal e do carinho para com outra pessoa. Colomé e Mayer (2016, p. 428) afirmam que “a ética do cuidado se amalgama em uma prática ordinária preñe de afetos e sentimentos morais, modelando trajetórias de vida e histórias singulares que nos remetem à trama de relações complexas que podem ser bem caracterizadas pela lógica de dar, receber e retribuir”. A menção à ética do cuidado esteve presente na maioria das entrevistas realizadas, mas, pode ser especialmente compreendida nos depoimentos que seguem:

*Que nem o sogro e a sogra, eles já estão ficando mais com idade, assim [...] só tem o filho, daí o meu esposo que é filho, a gente tem a obrigação de cuidar deles, né. Então, isso também é compromisso, né. Setenta e setenta e três, já estão com uma idade bem, assim...* [M. P., Panambi]

*Na feira, como é que vai em feira a gente? Tem a vó e tudo. Eu não saio de casa, né. Tô só em casa.* [N. K., Ijuí].

Além das questões relacionadas ao trabalho, é relevante destacar o destino da renda obtida pelas mulheres por meio da comercialização de alimentos produzidos e comercializados por elas. Em sua maioria, as mulheres afirmam que, embora não possuam outra fonte de renda, o valor que recebem não é utilizado para elas, para projetos pessoais e individuais, mas sim, revertido para uso da família e/ou para a manutenção da atividade por elas desenvolvida.

*Quando eu vendia queijo eu levava na feira né, aí eu recebia e ficava pra nós assim, eu fazia o rancho, despesas da casa.* [A. I., Coronel Barros]

*Ah isso é familiar, remédios, mercado, roupas. A gente compra o que precisa né, mesmo pro trato da vaca, né.* [I. D., Ijuí]

*É, fica pra comprar as coisas, fazer o rancho, comprar alguma coisa que precisa. A gente vai levando né, ajuda um pouco a gente também, uns trocos.* [E. G., Ijuí]



*Compra as coisas da cozinha, se tem que comprar farelo, compra farelo. Pra casa, né. Não é que o dinheiro de fazer queijo fica pra mim, né. Não.* [N. K., Ijuí]

*Daí nós faz o rancho, compra as coisinhas que precisa, a luz. Tem que pagar as coisas...* [N. W., Ijuí]

Esses depoimentos expressam claramente o destino da renda gerada pelo trabalho das mulheres rurais da região de Ijuí, indo ao encontro do que afirmam Deere e León (2002, p. 42) quando escrevem que “a renda controlada pela mulher tem mais probabilidade de contribuir para a garantia da alimentação da família e o bem-estar dos filhos do que a controlada pelo homem”. A questão é que, conforme evidenciou Ramos (2017) ao pesquisar as mulheres que trabalham com a agroecologia na região de Florianópolis-SC, muitas vezes, a renda oriunda da comercialização de alimentos produzidos pelas mulheres, embora seja crucial para o bem-estar da família, passa despercebida, visto que é rapidamente convertida em itens essenciais à vida e não em investimentos na propriedade.

A exceção à ideia de que, mesmo sendo um trabalho pouco valorizado, a renda obtida retorna a toda a família ou propriedade, é encontrada apenas no caso de uma das entrevistadas, que, referindo-se ao dinheiro recebido pelo trabalho desempenhado por ela, afirma que “*Esse fica só pra mim, esse é pros meus crediários, pras minhas prestações, daí o dinheiro da lavoura essas coisas vai pra rancho, vai pro resto das despesas, esse é só pra mim mesmo por que não é muito*” [T. M., Ijuí]. Nesse depoimento fica claro que esse dinheiro só pode ser utilizado pela agricultora como ela quiser porque é um valor baixo. Karam (2004, p. 314), ao estudar a participação das mulheres na produção orgânica na região metropolitana de Curitiba - PR, evidenciou que “à medida que os homens das famílias percebiam os resultados obtidos, tanto na produção como na renda auferida, muito rapidamente passaram a assumir um papel mais decisivo no processo produtivo”, de forma que, gradualmente, as mulheres deixaram de participar das reuniões de formação e, também, da comercialização dos produtos. Algo semelhante foi apontado por Dorigon e Renk (2011), quando observaram que a bovinocultura de leite muda de mãos quando ganha espaço nas pequenas e grandes propriedades rurais do oeste catarinense, deixa de ser atividade feminina e passa a ser masculina.

Cabe destacar, finalmente, que apesar de todos os problemas enfrentados pelas mulheres no processamento dos queijos coloniais, elas gostam dessa atividade, não querem abandoná-la e sentem-se valorizadas pelos seus fregueses. Os depoimentos a seguir parecem revelar que a capacidade de se sentirem confiantes, valorizadas e bem consigo mesmas é gerada, em boa medida, a partir do reconhecimento do seu trabalho pelo outro, bem como pelo contato com a esfera pública.

*E quando eu não tenho pra fazer eu acho falta. Eu vou continuar, tem uma vaca ou duas que vem com terneiro, daí até que eu posso eu vou fazendo, porque o dia que eu vou pra cidade, fico uns dois ou três dias, eu venho bem louca pra fazer os queijos (risos). [M. G., Ijuí]*

*Nossa, eu disse, fazer feira foi um sonho, sabe. Uma coisa que deu certo, que as pessoas gostam de comprar as tuas coisas e dizem: “Ó, ela tem um produto bom, pode comprar dela”. Foi uma benção tão grande, sabe, isso te ajuda. Tu faz isso com alegria, com vontade, porque tu tem o reconhecimento das tuas coisas. Sim, tu vê outras pessoas, né. Eu ando na rua, o pessoal me cumprimenta de longe, tudo. Isso é uma coisa boa, né, a gente se sente bem. [M. P., Panambi]*

*Olha dá trabalho, mas dá recompensa, e é bom tu fazer essas coisas assim, tu ouvir o elogio, que é bom. De repente compra uma semana, aí na outra semana ‘ai eu quero de novo, eu gostei’, então isso é gratificante. Aí não tem como tu não gostar. [S. D., Ijuí]*

Os dados gerados na pesquisa de campo realizada entre mulheres agricultoras, produtoras de queijo colonial no noroeste do Rio Grande do Sul, apontam que há muitos desafios a serem superados para que, tanto quanto os queijos coloniais sejam reconhecidos e prestigiados, o trabalho de quem os faz também seja valorizado e, de forma justa, valorado. Os desafios dizem respeito tanto às dinâmicas dentro de casa, na relação com marido, filhas e filhos, que, via de regra, não valorizam o trabalho da esposa e mãe, quanto ao espaço público que, ao reconhecer e valorizar os queijos, não raro, destina a valorização não às mulheres que o processam, mas sim a quem comercializa o produto, o que nem sempre corresponde a mulher. Por outro lado, independentemente do prestígio ou renda oriunda da comercialização de queijo, muitas mulheres enfatizam que, apesar da dedicação e do trabalho que a produção de queijos requer, elas se sentem valorizadas e reconhecidas quando os queijos produzidos por elas são apreciados e elogiados. Esse contexto, ainda que analisado a partir de um recorte bastante parcial da realidade, evidencia que, como já sugerimos, tanto quanto valorizar os produtos da agricultura familiar, é preciso reconhecer também o protagonismo de quem os produz.

#### 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse artigo teve como objetivo compreender o papel e as condições de trabalho das mulheres rurais na produção de queijo colonial na região de noroeste do Rio Grande do Sul. A revisão de literatura revelou o quanto as mulheres sempre tiveram que batalhar para conquistar igualdade de direitos, de modo a ter autonomia e liberdade para fazer suas escolhas e viver a vida que desejam viver. Os movimentos sociais de mulheres foram e são importantes nessa conquista de



direitos. A primeira onda do feminismo contribuiu muito para que as mulheres pudessem votar, além de fomentar as discussões sobre as relações de poder entre homens e mulheres, a cultura patriarcal e a dominação masculina. Especificamente com relação às mulheres rurais, os movimentos sociais que se organizaram a partir da década de 1980 tiveram papel fundamental no acesso das agricultoras à previdência social, que inclui o direito à aposentadoria, ao salário maternidade e ao auxílio-doença, bem como no reconhecimento do trabalho das mulheres enquanto agricultoras, garantindo-lhes o direito à documentação e a terra, por meio da titulação em nome do homem e da mulher.

A realização da pesquisa de campo, que compreendeu entrevistas com agricultoras e visitas às suas propriedades rurais, permitiu aprofundar a discussão sobre o papel das mulheres no meio rural, em especial, na produção e comercialização do queijo colonial na região noroeste do Rio Grande do Sul. Os resultados evidenciaram que, embora já se tenha avançado muito no reconhecimento do trabalho das mulheres, ainda há um longo caminho a trilhar, uma vez que muitas mulheres trabalhadoras do meio rural permanecem na condição de subalternas em relação a seus maridos e/ou filhos, apesar de que, numerosas vezes, se equiparam aos homens em aspectos relacionados às atividades desempenhadas no cotidiano das propriedades rurais. Constatou-se também a sobrecarga de trabalho que o processamento dos queijos coloniais gera para as mulheres, pois quando essa atividade deixa de ser realizada somente para o autoconsumo e passa a ter escala maior, destinando-se para a comercialização, as agricultoras somam esse trabalho às demais atividades que já realizavam anteriormente, como a limpeza da casa, do pátio e das roupas, o preparo dos alimentos para a família, o cuidado da família e de idosos, o trabalho na lavoura, entre outros. Essa ampliação da carga de trabalho das mulheres, sem o apoio de maridos e/ou filhos(as), gera uma série de descontentamentos para as agricultoras, levando-as, muitas vezes, a abandonar a produção dos queijos, ainda que essa atividade lhes seja prazerosa.

Essas atividades, que caracterizam os trabalhos reprodutivos e de *care* são infinitamente repetidas, algumas diariamente, mas, como não são efetivamente remuneradas, são pouco valorizadas e, como reflexo de uma sociedade capitalista que prima pelo fator econômico, o trabalho dessas mulheres rurais não é reconhecido. A renda resultante do trabalho das mulheres em torno da produção e comercialização do queijo colonial, mesmo que não represente grande montante, é importante para a família como um todo, uma vez que é empregado em produtos que beneficiam todos, como, por exemplo, as compras do supermercado, as compras de roupas, no pagamento de contas e, também, em insumos para a propriedade. Essa forma de uso do dinheiro reflete a preocupação da mulher com o cuidado do outro, da família, em abnegação, muitas vezes,

de si mesma. Nota-se que esse cuidado (não remunerado) da família é atribuído socialmente às mulheres. São elas que se ocupam de fazer todas as atividades relativas ao bem-estar dos maridos, filhos (as) e idosos, de modo que garantem o equilíbrio físico e emocional da família, mas, não raro, comprometem a sua qualidade de vida. A partir disso, é possível compreender que está presente na região estudada, em maior ou menor grau, uma estrutura social fortemente embasada em questões morais, patriarcais, culturais e até mesmo religiosas, que condiciona a atuação das mulheres.

Ademais, cabe destacar que, mesmo que enfrentem dificuldades e obstáculos em seu trabalho, as mulheres rurais participantes da pesquisa mantêm uma relação de quase amor com a produção do queijo. Em partes, isso se deve a relação afetiva existente em torno do saber-fazer queijo colonial, tendo em vista que, na maioria dos casos, essas mulheres cresceram vendo suas mães e avós produzirem-no e tem em suas memórias a presença assídua do queijo colonial na mesa de suas casas. Assim, ao produzirem o queijo colonial, estão conservando esse conhecimento tradicional, passado de geração para geração, e mantendo vivas as suas memórias afetivas. E, provavelmente diferente de suas mães e avós, essas agricultoras tem a possibilidade de sair de suas propriedades rurais para comercializar o queijo em feiras, supermercados, padarias e outros, conferindo-lhes o convívio e a criação de laços com outras pessoas, para além do universo da família e vizinhos. Ao receber elogios pela qualidade do queijo que produziu com as suas mãos e o seu conhecimento, e ao ver seus produtos sendo disputados entre os fregueses, as mulheres sentem que seu trabalho realmente tem valor, pois alguém os legitima e, a partir dessa relação de reconhecimento, percebe-se ganhos de autoestima.

Por fim, apesar da pouca visibilidade e reconhecimento da importância do trabalho feminino para a manutenção do rural, é indiscutível a importância das mulheres em qualquer área do trabalho rural, seja ele de produção para subsistência ou comercialização. Assim, uma nova perspectiva sobre a importância da mulher no meio rural poderá contribuir ou até mesmo garantir a permanência de muitas delas nessa atividade e fortalecerá as futuras gerações, aspecto de caráter fundamental visto o crescente processo de masculinização e esvaziamento do campo. Para que haja equidade de gênero no meio rural, o reconhecimento familiar e social e o suporte de organizações ligadas ao setor exercem função primordial no processo de autoafirmação das mulheres, tanto no quesito emocional, como financeiro e social.



## REFERÊNCIAS

ARAÚJO, C.; SCALON, C. **Gênero, família e trabalho no Brasil**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2005.

BAYLÃO, A. L. S.; SECHETTINO, E. M. O. A inserção da mulher no mercado de trabalho Brasileiro. IN: XI Simpósio de excelência em gestão e tecnologia, 11, 2014, Resende/RJ. **Anais...** Resende/RJ: Aedb, 2014.

BELTRAO, K. I.; ALVES, J. E. D. **A reversão do hiato de gênero na educação brasileira no século XX**. 2009. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0100-15742009000100007&script=sci\\_abstract&tlng=pt1574](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0100-15742009000100007&script=sci_abstract&tlng=pt1574). Acesso em: 23 fev. 2018.

BORGES FILHO, A. L. O novo panorama do divórcio no Brasil, 2011. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/19528/o-novo-panorama-do-divorcio-no-brasil>. Acesso em: 23 fev. 2018.

BRASIL. Lei nº 6.515, de 26 de dezembro de 1977. Regula os casos de dissolução da sociedade conjugal e do casamento, seus efeitos e respectivos processos, e dá outras providências. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, v. 115, n. 248, p. 17953, 27 dez. 1977. Seção 1, pt. 1.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, [2016]. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm). Acesso em: 05 mar. 2018.

COLOMÉ, F. da L.; MAYER, R. A ética do cuidado como uma gramática da ação: uma análise do consumo crítico em um mercado alternativo. **Ciências Sociais Unisinos**, São Leopoldo, v. 52, n. 3, p. 425-436, set/dez 2016.

COSTA, A. A. A. O movimento feminista no Brasil: Dinâmicas de uma intervenção política. **Revista Gênero**, Niterói-RJ, v. 5, n. 2, p.9-35, Jan./Jun. 2005.

COSTA, V. B. **O pioneirismo das alunas da faculdade de direito de Pelotas-RS: inclusão feminina através da educação sociais e humanas**. Santa Maria, v. 25, n. 02, p.199-206, julho/dezembro 2012.

DEERE, C. D.; LÉON, M. **O empoderamento da mulher: direitos à terra e direitos de propriedade na América Latina**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2002.

DORIGON, C.; RENK, A. Técnicas e métodos tradicionais de processamento de produtos coloniais: de “miudezas de colonos pobres” aos mercados de qualidade diferenciada. **Rev. de Economia Agrícola**, São Paulo, v. 58, n. 1, p. 101-113, jan./jun. 2011.

GALVÃO, J. de C. **O impacto da segregação de gênero nos cursos de graduação sobre o diferencial salarial entre homens e mulheres no Brasil**. 85f. 2015. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Universidade de Brasília, Brasília, 2015.

GOMES, A. F. O outro no trabalho: Mulher e gestão. **Revista de Gestão USP**, São Paulo, v. 12, n. 3, p. 1-9, jul./set. 2005.

GUIMARÃES, M. S. A igualdade jurídica da mulher. IN: STREY M. N. (org.) **Mulher: Estudos de gênero**. São Leopoldo/RS: Unisinos, 1997.

HERRARA, K. M. Da Invisibilidade ao Reconhecimento: mulheres rurais, trabalho produtivo, doméstico e de care. **Política & Sociedade**, Florianópolis, v. 15, Edição Especial, p. 208-233, 2016.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). **Estatísticas de gênero: uma análise dos resultados do Censo Demográfico de 2010**. Série Estudos & Pesquisas, n. 33. Rio de Janeiro: IBGE, 2014.

KARAM, K. A Mulher na Agricultura Orgânica e em novas ruralidades. **Revista de Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 12, n. 1, p. 303-320, jan./abril, 2004.

LOPES, M. J. M. Mulheres, saúde e trabalho. IN: STREY M. N. (org.) **Mulher: Estudos de gênero**. São Leopoldo/RS: Unisinos, 1997.

LOURO, G. L. **Gênero Sexualidade e Educação**. Petrópolis/RJ: Vozes, 1997.

MADALOZZO, R. Gênero e desigualdade. **Revista GV – executivo**, v. 7, n. 6, p. 34-39, 2008.

MANTELLI, J.; CANABARRO, I. dos S. A organização de um espaço inter-étnico: o noroeste do Rio Grande do Sul. **CAMPO-TERRITÓRIO: Revista de Geografia Agrária**, Uberlândia-MG, v. 5, n. 10, p. 333-348, ago. 2010.

MARODIN, M. As relações entre o homem e a mulher na atualidade. IN: STREY M. N. (org.) **Mulher: Estudos de gênero**. São Leopoldo/RS: Unisinos, 1997.

MELO, H. P.; DI SABBATO, A. Gênero e trabalho rural 1993/2006. In: BUTTO, A. **Estatísticas rurais e a economia feminista: um olhar sobre o trabalho das mulheres**. Brasília: MDA, 2009.

MIOR, L. C. **Agricultores familiares, agroindústrias e redes de desenvolvimento rural**. Chapecó: Editora Argos, 2005.

NARVAZ, M. G. **Submissão e resistência: Explodindo o discurso patriarcal da dominação feminina**. 195f. 2005. Dissertação (Mestrado em Psicologia do Desenvolvimento) - Programa de Pós-Graduação em Psicologia do Desenvolvimento, Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

PAULILO, M. I. S. O peso do trabalho leve. **Ciência Hoje**, Rio de Janeiro: SBPC, v. 5, n. 28, p. 64-70, jan./fev, 1987.

PAULILO, M. I. S. Trabalho familiar: uma categoria esquecida de análise. **Estudos feministas**, Florianópolis, v. 12, n. 1, p. 229-252, jan.-abril 2004.

PINTO, C. R. J. Feminismo, história e poder. **Rev. Sociol. Polít.**, Curitiba, v. 18, n. 36, p. 15-23, jun. 2010.

PINTO, C. R. J. Movimentos sociais: Espaços privilegiados da mulher enquanto sujeito político. IN: COSTA A.O.; BRUSCHINI C. (Orgs.). **Uma questão de gênero**. Rio de Janeiro/RJ: Editora Rosa dos tempos, 1992.



PRÁ, J. R. O feminismo como teoria e como prática política. IN: STREY M. N. (org.) **Mulher: Estudos de gênero**. São Leopoldo/RS: Unisinos, 1997.

RAMOS, F. S. Do campo à academia, da academia ao campo: as mulheres na agroecologia. **Revista de Ciências Sociais**, Santa Maria, v. 7, n. 1, p. 43-65, jan./jun. 2017.

SILVESTRO, L. M.; ABRAMOVAY, R.; MELLO, M. A. de; DORIGON, C.; BALDISSERA, I. T. **Os impasses sociais da sucessão hereditária na agricultura familiar**. Florianópolis: Epagri; Brasília: NEAD/MDA, 2001.

SPANEVERELLO, R.M; MATTE, A; BOSCARDIN, M. Crédito rural na perspectiva das mulheres trabalhadoras rurais da agricultura familiar: uma análise do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura familiar (PRONAF). **Polis**, v. 44, p. 1-15, 2016.

STADUTO, J. A. R. Desenvolvimento e gênero: um olhar sobre o rural a partir da perspectiva de Amartya Sen. In: STADUTO, J. A. R.; SOUZA, M. de.; NASCIMENTO, C. A. **Desenvolvimento rural e gênero: abordagens analíticas, estratégias e políticas públicas**. Porto Alegre: Ed. Da UFRGS, 2015. p. 69-95.